

CONGREGAÇÃO

ATA

**49^a Sessão Ordinária
de 06/03/2015**

FDRP



1 **ATA DA 49ª SESSÃO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DE**
2 **RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Aos seis dias do mês de
3 março de dois mil e quinze, às catorze horas, em terceira e última convocatória, na Sala da
4 Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo;
5 reúne-se a Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - FDRP, sob a
6 Presidência do Professor Associado Umberto Celli Junior, Diretor da Unidade, com a
7 presença do Professor Titular Ignácio Maria Poveda Velasco; dos Professores Associados
8 Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, Luciano de Camargo Penteado, Rubens
9 Beçak e Thiago Marrara de Matos; dos Professores Doutores Camilo Zufelato (Chefe do
10 Departamento de Direito Privado e de Processo Civil), Caio Gracco Pinheiro Dias (Chefe do
11 Departamento de Direito Público), Gustavo Assed Ferreira (Presidente da Comissão de Pós-
12 Graduação), Daniel Pacheco Pontes (Presidente da Comissão de Cultura e Extensão
13 Universitária), Fabiana Cristina Severi (Suplente), Guilherme Adolfo dos Santos Mendes;
14 dos Representantes Discentes de Graduação Jesus Pacheco Simões e Frederico Espinoza
15 Cerruti; da Representante Discente de Pós-Graduação Larissa Barbosa Nicolosi Soares, bem
16 como o Representante dos Servidores Técnicos Administrativos, Sr. Edvaldo da Silva
17 Campos. Presente, também, a Sr^a. Maria José de Carvalho Oliveira, Assistente Acadêmica,
18 para secretariar a reunião. Justificaram, antecipadamente, suas ausências, os Professores
19 Titulares Prof^a Titular Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka (Vice-Diretora), Luis
20 Eduardo Schoueri, Nelson Mannrich e Antonio Scarance Fernandes; os Professores
21 Associados Alessandro Hirata (Chefe do Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas
22 Básicas), Ana Carla Bliacheriene e Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua; e os Professores
23 Doutores Cíntia Rosa Pereira de Lima (Presidente da Comissão de Pesquisa), Víctor Gabriel
24 de Oliveira Rodríguez, Jonathan Hernandez Marcantonio (Presidente da Comissão de
25 Graduação) e Eduardo Saad Diniz (Suplente da Comissão de Pesquisa). Havendo número
26 legal, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, e inicia a **Parte I - EXPEDIENTE.**
27 Neste momento, o **Sr. Diretor informa** que há pouco houve uma reunião do Conselho
28 Técnico Administrativo – CTA, e no Expediente estava prevista a apresentação sobre o
29 Orçamento 2015 da USP, bem como do Orçamento da Unidade, pela Assistente Financeira
30 Srt^a Gisele Cristina dos Santos, mas, por sugestão dos professores Caio Gracco Pinheiro
31 Dias e Camilo Zufelato, que integram o CTA, para evitar que se repetisse aquilo que seria
32 apresentado tanto no CTA quanto na Congregação, o CTA deliberou fazer uma única
33 apresentação, somente na Congregação, garantindo a presença da representação discente e



34 da representação dos servidores do CTA nesta Congregação, respectivamente, Bruna
35 Santiago Franchini e Rafael Souza de Marchi. Portanto, propõe uma inversão da Pauta,
36 iniciando o Expediente pela apresentação mencionada, que seria item 5, para depois liberar
37 os dois representantes do CTA e prosseguir com a reunião da Congregação. Todos
38 concordam. **O Sr. Diretor explica que a Srt^a Gisele Cristina dos Santos vai apresentar**
39 **algo que já deve ser do conhecimento da maioria, mas para não perder o costume, o**
40 **panorama da execução orçamentária e financeira da USP, depois o da execução**
41 **orçamentária da Unidade e, na sequência, algumas ideias ainda de uma proposta**
42 **orçamentária para a Unidade, que ainda estão em fase de gestação, mas que gostaria de**
43 **trazer para o Colegiado, principalmente no tocante a algumas questões acadêmicas. Antes,**
44 **porém, o Sr. Diretor registra a presença do Sr. Secretário Geral, Prof. Titular Ignácio Maria**
45 **Poveda Velasco, que tanto honra a Unidade com sua presença, pois, apesar dos afazeres em**
46 **São Paulo tem se esforçado para continuar acompanhando os trabalhos da FDRP. 1.**
47 **Apresentação da Proposta Orçamentária para 2015.** Com a palavra, a **Srt^a Gisele**
48 **Cristina dos Santos informa** que vai passar alguns gráficos e números com relação ao
49 atual panorama da USP e, posteriormente, com mais detalhes a situação da FDRP com
50 relação ao orçamento 2015. Esclarece que foi entregue a todos um boletim da CODAGE
51 (**Anexo 1**), que é referente ao balanço final da Universidade em dezembro de 2014.
52 Prosseguindo, informa que elaborou alguns gráficos (**Anexo 2**), com informações trazidas
53 pelo Sr. Diretor, que esteve em reuniões nesta semana, onde foi comentado sobre o atual
54 panorama da Universidade. O primeiro gráfico traz a evolução dos custeios das despesas de
55 consumo e capital, destacando que em relação a 2013 e 2014 houve uma redução do valor
56 das despesas já como fruto de algumas contenções de readequação, dos contratos
57 terceirizados, suspensão de obras e controle de algumas despesas. Porém, ainda ficou acima
58 da meta orçamentária em relação a 2014. O segundo gráfico traz a execução financeira onde
59 mostra que houve um aumento em relação ao ano de 2013, com percentual de 7,60% de
60 variação. O terceiro gráfico detalha um pouco mais a diferença do déficit orçamentário de
61 2014, pois, havia uma previsão de R\$ 575 milhões de déficit, porém, foi realizado R\$ 1.084
62 bilhão, portanto, houve diferença de R\$ 509 milhões em relação ao percentual
63 realizado. A explicação quanto ao que acarretou essa elevação foi a queda do repasse do
64 próprio ICMS, em R\$ 183 milhões e, ainda, um aumento nas despesas com pessoal de R\$
65 90 milhões, que foi reflexo da carreira 2013, e 228 milhões em despesas com outros custeios
66 e investimentos, relativas a compromissos assumidos em exercícios anteriores. Estes três



67 componentes é o que explica a diferença dos R\$ 509 milhões em relação ao déficit que era a
68 meta orçamentária orçada e o valor realizado. O **Sr. Diretor salienta** que esses números
69 foram apresentados nesta semana, durante a reunião de dirigentes, com a ênfase dada pelo
70 Presidente da COP, Prof. Adalberto Américo Fischmann, que é Diretor da FEA-USP, de que
71 há um viés de baixa muito grande na arrecadação do ICMS, que para este ano o cenário é
72 bastante pessimista. No ano passado houve uma diminuição em relação ao orçamento
73 previsto, como mostra o segundo gráfico, de R\$ 183 milhões de repasse financeiro do
74 Estado, que decorreu exatamente pela diminuição na arrecadação do ICMS. Para este ano, a
75 previsão é de uma diminuição ainda menor do repasse previsto pelo Governo do Estado de
76 São Paulo às três Universidades Públicas Estaduais, e o que interessa mais de perto, a
77 previsão de repasse para a USP deve ser ainda menor e há necessidade de ciência disso
78 tudo. Ressalta que a expectativa é de que o valor inicialmente previsto de repasse para a
79 USP deverá ser menor. Isso não tem a ver com o Estado de São Paulo, mas sim com a
80 situação econômica do país e das dificuldades que a economia brasileira vem passando.
81 Prosseguindo, a **Srt^a Gisele Cristina dos Santos apresenta**, de forma mais específica,
82 os valores do orçamento 2015 para a FDRP. Reforça que na reunião de dezembro de 2014 já
83 havia apresentado um panorama de que não haveria uma diferença muito grande em
84 relação ao orçamento de 2014 para o orçamento de 2015, e foi realmente isso que
85 aconteceu. Houve uma variação de 3% em relação ao ano anterior, representado nas cotas
86 dos Grupos Orçamentários. Neste ano a diferenciação é que a Reitoria já passou todo o
87 valor dos contratos terceirizados, repasse esse que antes acontecia na medida em que eram
88 celebrados e na medida em que havia necessidade de reajuste, mas neste ano já houve o
89 repasse do valor integral para arcar com os contratos, porque qualquer outra diferença que
90 surgir durante a execução será custeada pela própria Unidade, com seu orçamento próprio.
91 O **Sr. Diretor explica** que isso faz parte da descentralização, não só administrativa como
92 também financeira, de atribuir novas responsabilidades às Unidades. Portanto, é preciso
93 estar atento, pois a Unidade não pode gastar mais do que foi repassado, sob pena de a
94 Unidade ter que tirar do próprio orçamento o custeio dessas despesas. Na prática, é um
95 exemplo claro de que haverá crescentemente uma redistribuição de responsabilidades.
96 Tendo em vista a presença de nova representação discente, pede à Srt^a Gisele que explique
97 um pouco quais são esses contratos terceirizados. A **Srt^a Gisele Cristina dos Santos**
98 **explica** que há o grupo Dotação Básica, para o qual será recebido o valor de R\$ 568.509,00
99 durante o ano e este grupo é responsável por todas as despesas relacionadas ao ensino,



100 pesquisa, um pouco também para a parte de infraestrutura da Unidade, apesar de haver um
101 grupo específico para manutenção predial. Explica que com esse valor nem sempre a
102 Unidade consegue realizar toda a demanda necessária com esse recurso, mas já é um
103 recurso que ajuda na parte de manutenção de infraestrutura. O **Prof. Guilherme Adolfo**
104 **dos Santos Mendes pergunta** se a compra de passagem de professores, bancas que
105 serão realizadas, serão custeadas com base nesse item de Dotação Básica. A **Srt^a Gisele**
106 **Cristina dos Santos responde** afirmativamente e, continuando, diz que no Grupo de
107 Equipamentos de Segurança a Unidade vai receber R\$ 10.863,00 para o ano, cujas despesas
108 são relacionadas às compras e manutenções necessárias para a compra de EPIs ou qualquer
109 outro equipamento de segurança que a Unidade necessite. No Grupo de Manutenção e
110 Equipamentos de Informática a Unidade vai receber R\$ 14.036,00 para o ano, destinados à
111 manutenção e compra de equipamentos. No Grupo de Treinamento de Servidores a
112 Unidade vai receber R\$ 6.446,00, destinado aos servidores não docentes, como inscrições
113 em eventos realizados pela Universidade ou cursos também, realizados fora da
114 Universidade. Neste ano, também, a outra novidade foi esse Grupo Adicional de Transporte
115 com R\$ 61.429,00, porque nos outros anos essa parte relacionada a transporte já vinha
116 contemplada na Dotação Básica. Neste ano houve essa separação e este valor é destinado a
117 cobrir os contratos de combustível e manutenção dos veículos oficiais e qualquer outra
118 despesa realizada com a parte da frota existente na Unidade. O Grupo de Atividades e
119 Contratos Terceirizados, com R\$ 1.226.807,00, refere-se ao contrato de vigilância, limpeza,
120 portaria, que são os três maiores da Unidade, relacionados à terceirização. A Unidade tem
121 que se ajeitar com esses recursos ou o que faltar sairá da Dotação Básica. A tabela a seguir
122 mostra os mesmos grupos, só que com as destinações de verbas mensais: Grupo Dotação
123 Básica: R\$ 47.356,80; Grupo Manutenção de Edifícios: R\$ 9.048,55; Grupo Equipamentos
124 de Segurança: R\$ 904,89; Grupo Manutenção de Equipamentos de Informática: R\$
125 1.169,20; Grupo Treinamento de Servidores: R\$ 536,95 e o Grupo Atividades de Contratos:
126 R\$ 102.193,02. O **Sr. Diretor esclarece** que este é o orçamento da Unidade, mas o valor
127 dos salários dos servidores docentes e não docentes continua com a Administração Central.
128 O que a USP gasta anualmente com a FDRP é algo em torno de R\$ 11 milhões e isso
129 representa 0,24% do total do orçamento da USP. Em termos de USP, a Unidade apenas está
130 À frente da EEFERP e do IRI. O IRI é o Instituto que tem o menor percentual de
131 orçamento, em torno de 0,19%, a EEFERP tem em torno de 0,20%. Claro que quem tem
132 mais que 1%, quase chegando a 2% são as grandes Faculdades, como a FM de São Paulo e



133 de Ribeirão Preto, a Escola Politécnica, a FEA, etc. Tudo isso para deixar claro que do
134 orçamento da Unidade estão excluídos os salários dos servidores docentes e não docentes.
135 O Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes pergunta se aquelas receitas que são
136 vinculadas à Faculdade, como por exemplo, os royalties dos cursos que estão ministrando, o
137 superávit que vier a ter, a locação de espaços, como isso entra no orçamento da Unidade? O
138 **Sr. Diretor esclarece** que isso entra na Receita Própria da Unidade. O **Prof. Titular**
139 **Ignácio Maria Poveda Velasco aproveita** para informar que nessa questão da Receita
140 Própria, a COP e a CLR já aprovaram aquela normativa que a FDRP encaminhou, para
141 poder utilizar os espaços com contrapartida. A **Srt^a Gisele Cristina dos Santos,**
142 **continuando,** esclarece que está apresentando os recursos orçamentários, que são
143 distribuídos para as Unidades, no caso, o da FDRP e não a Receita Própria. O **Prof. Dr.**
144 **Guilherme Adolfo dos Santos Mendes diz** que sua preocupação é que a Receita seja
145 própria da Unidade, porque tudo aquilo que reverte para a Unidade é a tendência de um
146 esforço maior e isso é um fato. Se for uma receita, de um esforço, e é socializada, há uma
147 tendência de que esse esforço não seja tão grande. O esforço que a Unidade vier a fazer, sob
148 vários aspectos, vai reverter em prol da Unidade ou será socializado? O **Sr. Diretor diz**
149 que não há dúvidas de que vai reverter em prol da Unidade. Lembra que foram aprovados
150 os cursos de especialização e que 50% do resultado financeiro desses cursos irá para a
151 Receita Própria da Unidade. Aproveita para dizer que, no ano passado, por sugestão da Srt^a
152 Gisele, que achou que seria interessante, foram enviadas as contas da Unidade para uma
153 primeira auditoria pela própria USP. Com satisfação, neste mês recebeu um ofício deles,
154 dizendo que a Unidade está gastando exatamente dentro do previsto, fazendo algumas
155 sugestões, mas que as contas estavam em ordem. Há duas semanas a Unidade recebeu a
156 visita do Tribunal de Contas do Estado, ainda não se sabe a avaliação deles, mas pôde
157 conversar com a pessoa que veio e que *off the records* já lhe disse que a Unidade está com a
158 situação muito em ordem e tudo muito bem organizado. Prosseguindo, a **Srt^a Gisele**
159 **Cristina dos Santos retoma** a apresentação e diz que, no que se refere à questão do que
160 a Unidade ainda tinha em relação ao montante de 2014, a liberação da economia
161 orçamentária, que é o saldo que não foi executado em relação ao orçamento de 2014. Isso já
162 retornou à Unidade no dia 16 de janeiro, no montante de R\$ 366.296,89 que foram os
163 saldos que integravam os saldos orçamentários de cada grupo em dezembro de 2014. Esta é
164 a sobra de 2014 que retorna agora em janeiro, pois, não retonou em 2014. Para o final deste
165 mês há a previsão do último um terço da Receita Própria, que foi contingenciado no ano



166 passado, que entra também para a Unidade, no valor de R\$ 810.777,87. O **Prof. Dr.**
167 **Thiago Marrara de Matos pergunta** se nesses valores não estão incluídas as dotações
168 recebidas pelos Editais das Comissões Específicas das Pró-Reitorias. Como exemplo, diz
169 que na Comissão de Graduação existem uns 14 editais de financiamento com dinheiro para
170 cada um deles e muitas vezes a Unidade nem consegue gastar esse dinheiro. Pergunta se
171 isso não está incluído. A **Srt^a Gisele Cristina dos Santos responde** que não está
172 incluído e que não tem mais verbas, pois foi tudo contingenciado. O **Prof. Dr. Thiago**
173 **Marrara de Matos menciona** que tem as exceções como PG, Apoio a Revistas, etc., A
174 **Srt^a Gisele Cristina dos Santos** esclarece que o pagamento é feito direto pela Reitoria e
175 não entra na Unidade. O **Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos diz** que, então, este é um
176 valor extra que a Unidade tem indiretamente. A **Srt^a Gisele Cristina dos Santos diz**
177 que estava se referindo aos Pró-Int, Pró-Eve, etc, que foram todos. A verba do SIBi também
178 fica lá no SIBi e quando há a previsão do pregão já está lá o recurso. Esse recurso não é
179 repassado. No ano passado só foi repassado o valor do auxílio para a assinatura dos
180 periódicos. O **Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos diz** que está falando isso porque, na
181 verdade, se quisessem ter uma visão panorâmica do dinheiro disponível na Unidade, acha
182 que os valores acabam sendo muito maiores. Uma sugestão é de que talvez devessem ser
183 incluídos esses valores, por mais que sejam dos orçamentos das Pró-Reitorias, eles
184 beneficiam a Unidade e é bom até que se saiba que esse dinheiro existe. O que sentia em
185 algumas Comissões é que esse dinheiro não era gasto. O **Sr. Diretor diz** que é pertinente.
186 A **Srt^a Gisele Cristina dos Santos diz** que a Unidade não tem acesso aos valores que a
187 Pró-Reitoria vai destinar, pois, geralmente é a cada pedido de projeto, edital, alguma coisa
188 nesse sentido. Portanto, não teria esse valor exato. O **Prof. Titular Ignácio Maria**
189 **Poveda Velasco considera** que a ponderação do Prof. Marrara é muito procedente, mas
190 em relação às Pró-Reitorias, claro que a situação mudou, pois, antes havia até 17 projetos da
191 Pró-Reitoria de Graduação para administrar. Considera que pode haver uma consulta, no
192 sentido de levantar esses dados, embora, pelas próprias Comissões esses dados poderiam ir
193 para a Diretoria e para a Congregação. O Sr. Diretor concorda, pois, daria uma ideia do
194 quanto efetivamente a Unidade dispõe. O **Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos**
195 **complementa** que, por vezes a Diretoria desconhece que existem esses recursos e acaba
196 gastando dinheiro da Unidade, sendo que há dinheiro disponível e que poderia ser
197 utilizado. Menciona o exemplo do Edital Pró-Info, que era destinado para a compra de
198 recursos audiovisual para a Unidade, mas não receberam proposta de ninguém e o dinheiro



199 ficou parado. Considera que a Diretoria sabendo que esse dinheiro existe, ela pode tomar
200 medidas para primeiro gastar o Pró-Info, depois tirar o que for necessário do orçamento da
201 Unidade. Mas se a Diretoria não sabe que esses recursos existem, acaba gastando dinheiro
202 da Unidade em coisas que poderiam ser compradas com recursos provenientes da Pró-
203 Reitoria. Por isso considera importante constar esses recursos neste panorama
204 orçamentário da Unidade. O **Sr. Diretor diz** que é muito procedente, pois tem muitas
205 coisas que não vão aparecer no slide a ser apresentado a seguir, que é uma proposta de
206 alocação de recursos da área acadêmica para 2015. Considera que, certamente, poderá
207 haver outros recursos, mas está se propondo a gastar alguma coisa da Unidade
208 complementarmente. Seria interessante ter ciência de outros recursos. O que o próximo
209 slide mostra é uma suplementação, um esforço adicional que a Unidade poderá vir a fazer.
210 Isso ocorre não só em relação a atividades acadêmicas, como também há uma preocupação
211 muito grande com a questão de infraestrutura. Tem investimentos necessários que têm que
212 ser feitos, e quando se conversa, para saber se haverá algum tipo de apoio da Administração
213 Central, no caso de infraestrutura, quer trazer para o Colegiado, pois, é uma preocupação
214 grande que tem. De modo geral, hoje, esses recursos estão difíceis de ser obtidos e as
215 Unidades terão que fazer esforços. Portanto, concorda que tem que ver o que tem de
216 recursos disponíveis, para não gastar o da Unidade. Considera que a Srt^a Gisele pode ver,
217 com relação a essa parte acadêmica, pois, com relação à parte de infraestrutura, com certeza
218 é algo que vai ser feito, até pelos valores envolvidos. Agradece ao Prof. Marrara, pois, o
219 momento é de colher sugestões. A Srt^a Gisele Cristina dos Santos esclarece que os Editais
220 mencionados, como Pró-Info, Pró-Lab, Pró-Eve, Pró-Inovalab, etc., que a Unidade já
221 recebeu, todos eles vem comunicação da Pró-Reitoria para a Direção e para o Presidente da
222 Comissão. Isso só não aconteceu no ano passado porque todos foram suspensos. A exceção
223 que há na Unidade hoje é do Prof. Caio Gracco, que é o Pró-Inovalab, porque estava na
224 Receita da Unidade e está voltando parcialmente agora, nessa devolução. Porque todos os
225 outros que a Unidade tinha saldo, o NAP também, só voltou o que tinha restado do ano
226 passado, mais nada. O **Sr. Diretor diz** que colocou este primeiro item como apresentação da
227 proposta orçamentária, porque já havia mencionado nas duas reuniões passadas essa
228 preocupação que tinha, porque veio a solicitação da Administração Central, para que a
229 Unidade preenchesse um determinado anexo, com sua proposta orçamentária. Acredita que
230 para este ano não terão que apresentar exatamente uma proposta orçamentária, mas ficou a



231 ideia, que acha que é muito importante, de fazer esse exercício e discutir algumas ideias que
232 possam compor o quadro do que a Unidade pode gastar neste ano. Aí vem uma questão
233 importante, que é a previsão de alocação de recursos para atividades acadêmicas e de
234 pesquisa. Chama a atenção de todos, partindo da premissa do Prof. Marrara, que é
235 importante, e diz que hoje encaminhou um ofício solicitando ao Presidente da Comissão de
236 Pesquisa e aos Chefes de Departamento sugestões com relação à alocação de recursos
237 orçamentários para apoio às atividades de pesquisa dos docentes e discentes. O que vai
238 aparecer no item Atividades Acadêmicas e de Pesquisa é essa ideia de criação de Programas
239 complementares de Apoio à Mobilidade Docente e Discente. Como exemplo, no caso da
240 mobilidade discente, havia o programa anterior, de concessão de bolsas de estudos para os
241 alunos fazerem o intercâmbio, mas hoje esses recursos são escassos. A criação do programa
242 poderia viabilizar auxílio financeiro para docentes e discentes, para apresentação de
243 trabalhos em congressos nacionais e internacionais, participação em eventos de relevância
244 acadêmica e para pesquisa, a fim de fomentar as atividades de ensino e pesquisa da Unidade.
245 **O Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco diz** que nessa linha que o Sr. Diretor está
246 colocando, sabendo que momentos de dificuldades existem, fica pensando se é uma questão
247 de conseguir duas, três, quatro bolsas, poderiam pensar num esquema de procurar parceiros
248 da Unidade como escritórios de advocacia e sugerir que eles banquem uma bolsa para o
249 aluno que tiver a melhor média no segundo ano, por exemplo, no terceiro, etc. Portanto,
250 procurando recursos fora, com criatividade, enquanto a época das vacas magras permaneça,
251 que beneficiem o aluno dentro de critérios de excelência. **O Prof. Dr. Camilo Zufelato**
252 **pondera** que, em relação a esse apoio à mobilidade docente, considera que há consenso
253 quanto à importância da internacionalização na Universidade e ontem conversaram um
254 pouco sobre isso na reunião da Comissão de Relações Internacionais, da qual é membro
255 suplente. E isso ficou claro como proposta estratégica na gestão da Unidade, mas sua
256 preocupação é que com o corte das bolsas, que até então tinham em abundância e nunca
257 faltaram, como, por exemplo, as bolsas para extensão, não há uma certeza de como vai ficar
258 a partir deste ano. Sem prejuízo da importância que tem a mobilidade internacional,
259 considera que seria interessante esperar mais um pouco para ver como é que está a
260 necessidade dessas bolsas, sobretudo as de extensão, pois elas têm a ver com a permanência,



261 o suporte de alguns alunos em frequentarem ou não o curso desta Faculdade. Em períodos
262 de vacas magras como o que estão vivendo, tem que escolher algumas prioridades de
263 destinação do dinheiro. Repete que, com todo o apoio à proposta de internacionalização,
264 considera que talvez precise destinar recursos para questões um pouco mais urgentes com
265 bolsas de permanência na Unidade. Ressalta que o Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes lhe dizia
266 que dentro de alguns dias a Unidade já vai ter um retrato um pouco mais concreto disso. O
267 **Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho propõe** que os
268 Presidentes de Comissões e Chefes de Departamento que receberem essas questões, que
269 sejam instados a colocá-las em discussão nas pautas dos colegiados, na primeira reunião
270 subsequente, para que todos tenham a oportunidade de discutir e ter suas opiniões levadas
271 em consideração. Quanto à Comissão de Revisão do Projeto Político Pedagógico, uma das
272 questões que tem reiteradamente aparecido tem a ver com os recursos para a Graduação. Ao
273 contrário de outras Unidades, não está sendo destinado dinheiro nenhum para apoiar as
274 atividades de ensino da Graduação, porque a Unidade continua pressupondo que a
275 Graduação é simplesmente entrar em sala de aula e falar para os alunos escutarem. Mas
276 quando se tenta outros métodos, como muitas vezes foram convidados, são necessárias
277 providências que envolvem deslocamento de alunos, eventualmente impressão de materiais
278 que estão implicados em tarefas práticas. Uma das sugestões é que de que se começasse a
279 prever no orçamento da Unidade recursos para apoio às atividades de ensino de graduação.
280 O **Representante Discente Frederico Espinoza Cerruti diz** que, complementando as
281 palavras do Prof. Povedà, sugere o estabelecimento de convênios com outras Fundações, por
282 exemplo, verificou que tem uma Fundação chamada Educar, que até financiou estudos de
283 uma brasileira na Universidade de Harvard, portanto, considera que é possível que a
284 Universidade estabeleça convênios com essas Fundações, para captar recursos, tanto para
285 programas de mobilidade, pesquisa e até mesmo graduação, como o Prof. Nuno comentou.
286 O **Sr. Diretor esclarece** que o Sr. Julio já preparou um estudo de como vão ser utilizados
287 esses recursos, mas que há uma preocupação grande que é com relação ao transformador da
288 Faculdade. Nesta semana acabou a energia na Faculdade, pois, está com uma sobrecarga
289 muito grande. Hoje de manhã estava preocupado, pois o ar condicionado do auditório não
290 estava funcionando tão bem quanto deveria. Ligou para o Sr. Julio relatando isso e foi dado



291 um jeito, mas ficaram preocupados que pudesse estourar e cair a energia. Portanto, é um
292 investimento enorme que tem que fazer e tem uma cotação que é um número estratosférico,
293 em torno de R\$ 600 mil reais para colocar o transformador que já estava previsto. A
294 EEFERP teve um problema recente e precisou usar um gerador, tendo que investir esse
295 dinheiro. Considera que esse é um valor astronômico que preocupa, a Unidade está
296 aumentando a demanda de energia e como é que vai fazer um investimento desses. Ressalta
297 que são decisões muito difíceis e o caso desse transformador, evidentemente, o Colegiado
298 vai voltar a conversar, pois, tem que pensar nesses grandes investimentos de infraestrutura,
299 de maneira realista. A **Profª Drª Fabiana Cristina Severi** considera que talvez seja mesmo
300 necessário um transformador, mas talvez tenha outras soluções e que já conversou com o Sr.
301 Júlio sobre isso, que são medidas básicas para diminuir, também, o consumo da Unidade,
302 que não demandariam tanto custo. Diz que os interruptores das salas, que são seriados, cada
303 vez que tem que desligar por conta dos retroprojetores em sala de aula, tem que desligar
304 todas, pois faz aqueles cliques, que são 4 no total e acha que é um gasto absurdo. Reforça
305 que isso todos já sabem e é uma constatação. Considera que mudando a regrinha do
306 interruptor, que é mão de obra e serviço fácil de fazer. Outro ponto é algum tipo de molas de
307 vai e vem nas portas das salas de aula, pois no intervalo as portas gigantescas ficam abertas
308 e todo o ar condicionado ao esfriamento da sala no primeiro horário se perde. Ressalta que
309 tem coisas de cultura que acha que já passou da hora de rever e que são medidas imediatas
310 que podem ser implementadas. O Sr. **Diretor** diz que é interessante e muito apropriada a
311 colocação da Profª Fabiana. O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes** faz outra
312 sugestão, nesse sentido, quanto ao elevador, pois, o prédio tem somente dois andares e o
313 elevador poderia ser restrito somente aos deficientes físicos ou pessoas com limitação. O Sr.
314 **Diretor** considera também interessante, pois é um gasto de energia. Diz que é exatamente
315 isso que queria fazer; mostrar para o Colegiado e colher sugestões. Com isso, agradece à Srtª
316 Gisele pela apresentação. Neste momento dispensa os Representantes do CTA, Rafael Souza
317 de Marchi e Bruna Santiago Franchini. Em seguida, o Sr. Diretor inicia o item **1.**
318 **Discussão e votação da Ata da 47ª Sessão da Congregação, realizada em**
319 **5.12.2014.** Não havendo manifestações nem alterações, a Ata é aprovada, por
320 unanimidade, pelos presentes, com a abstenção do Prof. Associado Luciano de Camargo



321 **Penteado. 2. Comunicações do Sr. Diretor. a)** convoca a todos para que atendem ao
322 cronograma das atividades do 4º Ciclo de Avaliação Institucional da USP – 2010-2014,
323 cujos questionários da avaliação quanto aos três eixos com questões orientadoras sobre o
324 Conjunto de Intenções: Missão, Visão e Proposta Educacional; Autoavaliação: gestão,
325 articulação, processos acadêmicos (docentes e estudantes), infraestrutura, servidores
326 técnicos e administrativos, resultados acadêmicos no período 2010-2014,
327 internacionalização; Plano Institucional: Metas e Ações. Lembra que devem ser consultados
328 os indicadores dos últimos 5 anos e que o prazo é apertado, por isso convoca a todos para
329 que atuem nessa questão; **b)** com muita satisfação, comunica que a Faculdade de Direito de
330 Ribeirão Preto da USP teve a maior taxa de aprovação no último Exame da OAB, acima de
331 91%; **c)** a Semana de Recepção aos Calouros realizada de 23 a 27.2, contou com uma
332 excelente programação e parabeniza a Comissão, na pessoa do Prof. Associado Luciano de
333 Camargo Penteado, que brilhantemente conduziu os trabalhos; **d)** enfatiza a realização do
334 Congresso da FDRP para a Revisão do Projeto Político Pedagógico, cuja programação será
335 de 9 a 13.3. Não haverá aulas nesse período, pois a presença de todos os alunos e docentes é
336 fundamental nas Sessões do Congresso. Enfatiza a necessidade da presença e colaboração
337 de todos. Parabeniza ao Prof. Associado Nuno Coelho pela condução dos trabalhos,
338 juntamente com a Comissão que está trabalhando arduamente para que tudo saia a
339 contento e com excelentes resultados; **e)** no dia 20.3 haverá o Seminário: Três Dimensões
340 do Direito de Igualdade Hoje: Desafios para a Minoria LGBT, com o ministrante Prof.
341 Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia, da UFOP – Universidade Ouro Preto, sob a
342 Coordenação do Prof. Associado Nuno Coelho; **f)** dia 23.3, palestra e debate como aula
343 inaugural das disciplinas Lógica e Epistemologia Jurídica e Introdução ao Direito. Tema A
344 (I) Relevância do Método das Ciências na Formação dos Profissionais do Direito.
345 Palestrante Prof. Fernando Peres e como Debatedores: Professores Nuno Coelho e Sergio
346 Nojiri. O **Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira diz** que esta é a primeira sessão da
347 Congregação que ocorre depois do lançamento do Edital da Pós-Graduação, que foi
348 confeccionado nos meses de dezembro e janeiro e a CPG *ad cautelam* se preocupou em
349 enviar para a Pró-Reitoria, para que eles pudessem fazer a análise de mérito das alterações
350 propostas, mesmo sabendo que a Pró-Reitoria devolveria para que esta Congregação
351 pudesse, na sua primeira sessão ordinária, tratar do tema. Foi isso que a Pró-Reitoria fez e
352 informou que não há nenhum problema nesse tipo de alteração, todavia, o assunto teria que
353 passar na primeira ordinária da Congregação. São alterações no Edital que não são tão



354 cosméticas assim, pois tem uma que é importante. O **Prof. Titular Ignácio Maria**
355 **Poveda Velasco pondera** que a intenção foi a melhor possível, mas lembra que para os
356 casos de urgência há o *ad referendum*, pelo Presidente do Colegiado, assim, pelo menos,
357 garante uma regularidade formal. Como não é a primeira vez que isso acontece, pede para
358 tomarem esse cuidado para que a Unidade não fique exposta. O **Sr. Diretor pergunta** se
359 podem incluir o assunto na pauta para deliberação, com o que todos concordam. O assunto
360 será discutido como último item da Ordem do Dia. **3. Palavra aos Senhores**
361 **Presidentes das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Cultura e**
362 **Extensão Universitária e de Pesquisa.** Com a palavra, o **Prof. Dr. Gustavo Assed**
363 **Ferreira, Presidente da Comissão de Pós-Graduação:** nas últimas semanas a CPG
364 lançou seu segundo Edital ao Processo Seletivo para as inscrições no Programa de
365 Mestrado. Informa que houve 389 interessados em se inscrever, mas, efetivamente,
366 pagaram a taxa e se inscreveram 313 candidatos. É um número bem maior do que foi no
367 ano passado e isso prova a lisura do procedimento anterior e a boa condução que tem sido
368 dada pelo corpo docente no primeiro semestre de atividades da pós-graduação na FDRP.
369 Com a palavra, o **Presidente da Comissão de Cultura e Extensão Universitária,**
370 **Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes:** complementa um assunto que o Prof. Camilo já havia
371 adiantado, que tiveram na reunião da CCEX, na semana passada, a classificação da
372 prioridade dos projetos do Programa Aprender com Cultura e Extensão. A Comissão já
373 realizou a classificação das prioridades, já foram lançadas no Sistema seguindo as
374 orientações da PRCEU e a Unidade terá no dia 18 de março, aproximadamente, aquela
375 reunião em São Paulo, com o Prof. Nicolau que fará a distribuição das bolsas do Programa
376 Aprender com Cultura e Extensão por toda a USP, seguindo as prioridades definidas por
377 cada Unidade. A informação que ainda não tem é de quantas bolsas serão distribuídas.
378 Prosseguindo, o **Sr. Diretor passa a para o item 4. Palavra aos Senhores Membros:**
379 **o Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco menciona** que na segunda a tarde e
380 terça de manhã houve aquela reunião de dirigentes, com o fechamento, fruto de um longo
381 trabalho de um Plano de Metas para a Universidade, que inclusive, está disponibilizado no
382 site e seria interessante que fosse do conhecimento de todos. O **Sr. Diretor esclarece** que
383 acabou de mencionar o Plano de Metas nas suas Comunicações. O **Prof. Associado**
384 **Luciano de Camargo Penteado aproveita** a oportunidade para anunciar que a
385 Unidade vai receber nos dias 19 e 20 de março o IV Agendas de Direito Civil Constitucional
386 na Unidade, que é um Congresso que já foi realizado em Recife, Porto Alegre, Brasília e



387 agora está sendo realizado na FDRP, sob sua coordenação. Foi feita uma chamada dos
388 trabalhos no ano passado e irão receber pessoas da Federal do Rio Grande do Sul, PUC do
389 Rio Grande do Sul, UNB, o Liceu de Brasília, Federal do Rio de Janeiro e algumas outras
390 instituições. Virão professores, mestrandos, doutorandos, foi aberto para toda a Faculdade e
391 o objetivo é reunir representantes dos grupos de pesquisa interessados no estudo do Direito
392 Civil Constitucional para troca de experiências e apresentação de projetos de pesquisa em
393 andamento, considerados relevantes no âmbito de cada Grupo de Pesquisa participante.
394 Ressalta que já há 20 pessoas inscritas e agradece o apoio da instituição, pois, é um projeto
395 interessante que vem se repetindo ano a ano em diferentes instituições. Outro assunto é
396 que, pelo que pôde compreender do email que circulou, não foi viabilizado via Comissão de
397 Pesquisa, aquele livro que seria feito em homenagem aos cinco anos da Faculdade, como
398 houvera sido planejado inicialmente. Pensa que, como há várias contribuições dos colegas,
399 houve até uma avaliação de trabalhos dos alunos que estariam aptos a congregar o volume e
400 não há aprovação de nenhuma editora, que haja uma iniciativa formal da Comissão de
401 Pesquisa, que capitaneia, de não apenas repassar o email da editora que reprova o projeto,
402 mas se ela vai levar a cabo o projeto ou não, liberando os capítulos de livros para eventual
403 publicação autônoma. Várias pessoas trabalharam, cumpriram prazos, esse projeto vem há
404 mais de 2 anos e pensa que talvez pudessem sugerir que fosse tomada uma decisão para
405 saber se vão procurar outra editora ou se os artigos estão absolutamente liberados, pois,
406 pessoalmente tem interesse e local onde publicar sua contribuição. O **Representante**
407 **Discente Jesus Pacheco Simões diz** que tem dois pontos que gostaria de deixar
408 registrado. O primeiro é que conversou com alguns alunos da Graduação do segundo ano e
409 ficou sabendo que, embora estejam finalizando a segunda semana de aulas, a turma não
410 teve ainda as aulas de Direito Constitucional. Diz que não sabe se nesta semana houve
411 algum comunicado, mas com quem conversou hoje pela manhã, muitos ainda não tinham
412 informações e conhecimento de como seriam feitas as reposições. Ainda persistem dúvidas
413 em relação ao semestre anterior, que seria o segundo semestre do primeiro ano. Ressalta
414 que este é um tema que não é novo, essa disciplina é um problema já há certo tempo e
415 registra que é extremamente desagradável que esses alunos não tenham sequer as
416 informações sobre o que será feito. Tanto com relação à matéria do semestre passado, que
417 está em aberto, sem nota, não sabem como será feito nem onde será encaixada essa matéria,
418 se ela for ministrada nos próximos meses, uma vez que a grade é fechada. E também, pelo
419 fato de que já se passaram duas semanas e eles não têm as informações. Não sabe se já



420 foram dadas, mais ainda assim é um desagrado que não tenham sido dadas desde o
421 primeiro momento. Em aparte, o **Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias explica** que
422 como a reunião foi nesta semana, talvez o Representante Discente do Conselho do
423 Departamento não tenha levado a questão. As faltas da Prof^a Eliana Franco Neme e a
424 reposição das aulas do segundo semestre do ano passado, foram pautadas na reunião desta
425 semana. Foi decidido e o Departamento oficiou a docente para que, no prazo de 7 dias
426 corridos, apresentasse um calendário de reposição das aulas do segundo semestre, que
427 deverão ser realizadas nos dias em que os alunos têm aula vaga no segundo ano, que é a
428 segunda e a sexta de manhã. Existe um compromisso dos docentes do Departamento, que a
429 docente não cumprindo essa determinação ou não cumprindo o calendário de reposições, os
430 docentes do Departamento de Direito Público -- e pedem a colaboração dos outros
431 Departamentos - se coordenarão para dar essa disciplina. Os pontos da disciplina do
432 segundo semestre serão dados, os alunos terão essas aulas e serão avaliados e o
433 Departamento vai cumprir sua obrigação. Com relação às aulas deste semestre, a docente,
434 na véspera, na quarta-feira anterior ao primeiro dia de aula, enviou um email para o Chefe
435 do Departamento, para o Presidente da Comissão de Graduação e para o Serviço de
436 Graduação, informando que as aulas dela tinham sido atribuídas para dias que não
437 correspondem aos dias de trabalho de acordo com o seu Contrato de Trabalho. Ela indicava
438 que o seu Regime de Trabalho somente a obrigaria a trabalhar as segundas, terças e
439 quartas-feiras na Faculdade. Deu-se uma grande troca de emails, que foi copiado o Diretor,
440 a Comissão de Graduação, o Serviço de Graduação e o Vice-Chefe do Departamento, além
441 dele, Chefe do Departamento, que poderá depois distribuir para todos, em que ficou
442 esclarecido que essa informação da Prof^a Eliana Franco Neme não correspondia à
443 realidade. Esclarece que, no momento do seu ingresso no RTC, o docente tem que indicar,
444 por um documento assinado pelo superior imediato, quais são os dias que ele vai cumprir o
445 seu horário de 24 horas semanais na Faculdade. Em 2011, o então Chefe do Departamento,
446 Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira, apresentou esse documento indicando que a docente
447 cumpriria 8 horas diárias as segundas, terças e quartas-feiras, mas é óbvio que esses dias de
448 trabalho estão em função, também, da grade curricular que atribui as aulas aos docentes. Se
449 num determinado semestre o docente tem aulas nas quintas e sextas-feiras, esses dias
450 passam a ser dias de trabalho do docente. A docente entendeu isso, desistiu do argumento
451 de que ela não deveria trabalhar as quintas e sextas-feiras, e na semana passada pediu um
452 afastamento porque tinha uma Banca de Qualificação no Instituto Toledo de Ensino, em



453 Bauru. Diz que informou à docente que o afastamento deveria ser comprovado, cujo prazo
454 foi até ontem para a comprovação, mas não houve nenhuma providência por parte da
455 docente para regularizar esse afastamento. Na sexta-feira, o Prof. Luciano havia pedido
456 para todos os docentes que liberassem as turmas para participarem da palestra de
457 encerramento da Semana de Recepção aos Calouros, e a Prof^a Eliana respondeu que
458 liberava os seus alunos. Ressalto que foi a primeira professora que respondeu a mensagem,
459 liberando os alunos para participação nessa atividade. Nesta semana, na quarta-feira, por
460 volta das 12 horas, estava almoçando, quando recebeu uma mensagem por email da Prof^a
461 Eliana, que teria aulas à tarde, a partir das 14 horas, informando que por razões de saúde
462 não poderia dar aulas nesta semana. Informa que respondeu a mensagem dizendo que ela
463 teria que regularizar o afastamento apresentando atestado e caso não faça isso em 7 dias, na
464 qualidade de superior imediato, vai determinar de ofício a realização de perícia para que ela
465 possa, então, regularizar o afastamento. Caso ela se recuse a fazer a perícia, começará a ter
466 seu salário suspenso. Está tudo documentado. Outra informação importante é que, tendo
467 em vista que a docente, aparentemente, está repetindo o padrão de comportamento do
468 segundo semestre do ano passado, para evitar o acúmulo de aulas não dadas, o Prof.
469 Associado Rubens Beçak se dispôs a assumir a cadeira de Direito Constitucional I, mas para
470 isso será necessária uma mudança na grade horária e ele daria as aulas nas sextas-feiras de
471 manhã e a tarde. Deverá haver uma exceção por parte da Comissão de Graduação, para a
472 regra que diz que não se pode repetir uma disciplina de manhã e à tarde no mesmo dia.
473 Complementa que irá assumir a cadeira de Arquitetura Internacional de Direitos Humanos
474 e com isso a matéria de Direito Constitucional II será dada neste semestre. O **Sr. Diretor**
475 **ressalta** que a Representação Discente do Conselho do DDP deve estar ciente disso e talvez
476 não tenha dado tempo de uma comunicação com os demais. Mas isso certamente ocorrerá.
477 O **Prof. Associado Rubens Beçak complementa** que todas as informações foram
478 muito bem explicadas pela Chefia Departamental, mas diz que nesta mudança teve que
479 abrir mão de dar o Curso de Pós-Graduação, que ficou para uma outra oportunidade,
480 provavelmente, para o segundo semestre. Diz que pediu a compreensão da CPG, aqui
481 representada pelo Prof. Gustavo, mas faz questão de se manifestar no sentido de que não é
482 uma desconsideração com a pós-graduação, muito pelo contrário, pois, já tinha a intenção
483 de dar aulas na pós-graduação desde o ano passado, mas à vista de uma situação anômala, é
484 uma necessidade, seguindo a recomendação do Departamento. Continuando, o
485 **Representante Discente Jesus Pacheco Simões agradece** aos esclarecimentos



486 prestados e considera importante ressaltar que, embora tenha sido comentado que ela está
487 reiterando comportamento do semestre passado, gostaria de deixar registrado que não
488 somente do semestre passado, mas de anos anteriores, pois, ele próprio teve matéria e se
489 recorda que esta docente faltou em metade das aulas. O **Sr. Diretor registra** que, por
490 uma questão ético-jurídica, o Prof. Luciano, que é Presidente da Comissão Sindicante, que
491 apura a atuação da Prof^a Eliana, se retirou da sala por entender que não seria o momento.
492 Por isso, pergunta se a próxima manifestação tem a ver com a docente. Com a resposta
493 negativa, o Prof. Luciano é chamado a retornar à sala. O **Representante Discente Jesus**
494 **Pacheco Simões considera** que as informações devem ser mais bem divulgadas aos
495 alunos, pois, às vezes não há contato com o RD do Colegiado e muitos alunos ficam
496 perdidos. Quanto ao outro ponto, ressalta e deixa como sugestão, que tendo em vista o
497 Congresso que será realizado na próxima semana, importantíssimo e que a representação
498 discente fez o máximo tentar congregar os alunos e passar essas informações, mas deixar a
499 sugestão de que ainda que seja de maneira eletrônica, por email, ressaltar aos alunos a
500 importância do Congresso da próxima semana e, também, na medida do possível, aliviar
501 quaisquer cargas de matérias que possam ser acumuladas, no sentido de reforçar e
502 aumentar a participação discente o máximo possível. A **Representante Discente**
503 **Larissa Barbosa Nicolosi Soares registra** que, como havia falado na última reunião
504 do ano passado, alguns alunos da pós-graduação tinham se inscrito e enviado artigos para o
505 *Law and Society*, a maioria foi aprovada, mas, infelizmente os alunos pediram recursos
506 para conseguir apoio, nenhum conseguiu, mesmo assim, metade desses alunos
507 confirmaram que irão participar do evento no final de maio. Não havendo mais
508 manifestações, o Sr. Diretor inicia a **Parte II - ORDEM DO DIA 1. NORMAS DE**
509 **GRADUAÇÃO. 1.1. PROTOCOLADO 2014.5.410.89.9 - FACULDADE DE**
510 **DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO.** Solicitação de adequação da redação da norma do
511 TCC (Deliberação FDRP 01/2011) para contemplar a participação de mestrandos em bancas
512 de defesa do TCC. Aprovada pela Comissão de Graduação em 23.10.2014, com base no
513 parecer favorável do Prof. Dr. Raul Miguel Freitas de Oliveira. Em Sessão da Congregação
514 realizada em 5.12.2014, os autos foram retirados de pauta, para encaminhamento ao Prof.
515 Dr. Víctor Gabriel de Oliveira Rodriguez que, juntamente com a discente Ana Letícia
516 Giansante, reformulasse a redação proposta para o art. 11 da mencionada Deliberação,
517 prevendo a participação de um especialista, no mínimo, matriculado em programa de pós-
518 graduação *stricto sensu*, no nível de mestrado, que poderá participar da arguição, sem, no



519 entanto, participar do processo de votação. **Parecer do relator**, Prof. Dr. Víctor Gabriel
520 de Oliveira Rodriguez, propondo acréscimo de quatro parágrafos ao artigo 11 da
521 Deliberação, bem como alteração do § 3º do artigo 13, conforme segue: **Texto atual do**
522 **artigo 11:** Artigo 11 - O TCC será defendido pelo aluno, em sessão pública, perante banca
523 examinadora composta de, no mínimo, 2 (dois) docentes, a saber: o orientador, como
524 presidente da banca, e outro docente da Universidade de São Paulo ou outro especialista
525 externo portador, ao menos, de título de mestre. § 1º - O orientador poderá convidar um
526 terceiro avaliador respeitando os critérios do caput deste artigo. § 2º - O segundo membro
527 da banca examinadora será indicado pelo orientador dentre especialistas na linha de
528 pesquisa. **Texto proposto para o artigo 11:** Artigo 11 - mantém § 1º - mantém § 2º -
529 mantém § 3º - O orientador poderá indicar, para somar-se à banca, um único membro não-
530 avaliador, que disporá da faculdade de arguição descrita no art. 12. § 4º - O membro não-
531 avaliador não atribuirá nota ao trabalho, porém as respostas à sua arguição podem ser
532 consideradas na avaliação dos demais componentes da Banca. § 5º - O membro não-
533 avaliador deve ser selecionado dentre os matriculados em programa de pós-graduação
534 *stricto sensu* da USP, que desenvolvam pesquisa em tema ou área que guarde afinidade ao
535 trabalho avaliado. § 6º - Ficará a critério do orientador a presença do membro não-
536 avaliador na atribuição de notas a que se refere o caput do artigo 13. **Texto atual do § 3º**
537 **do artigo 13:** § 3º - Para ser aprovado, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 5
538 (cinco) na média aritmética das notas individuais atribuídas pelos membros da banca
539 examinadora. **Texto proposto para o § 3º do artigo 13:** § 3º - Para ser aprovado, o
540 aluno deverá obter nota igual ou superior a 5 (cinco) na média aritmética das notas
541 individuais atribuídas pelos membros-avaliadores da banca examinadora. **A Congregação**
542 **aprova, por unanimidade, o parecer do relator, Prof. Dr. Víctor Gabriel de**
543 **Oliveira Rodríguez, propondo acréscimo de quatro parágrafos ao artigo 11 da**
544 **Deliberação, bem como alteração do § 3º do artigo 13. Deverá ser**
545 **providenciada a competente alteração da Deliberação FDRP 01/2011. Em**
546 **seguida inicia o item 2. RELATÓRIO BIENAL DE ATIVIDADES DOCENTES. 2.1.**
547 **PROCESSO 2008.1.288.89.5 - CAMILO ZUFELATO.** Relatório Bienal de Atividades
548 Docentes, apresentado pelo interessado, referente ao período de janeiro de 2013 a
549 dezembro de 2014. Aprovado *ad referendum* do Conselho do Departamento de Direito
550 Privado e de Processo Civil em 10.2.2015, com base no parecer do relator, Prof. Dr. Sergio
551 Nojiri. **Parecer do relator**, Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes, opinando pela aprovação do



552 relatório bienal de atividades docentes, apresentado pelo interessado, com muitos elogios à
553 dedicação exemplar do docente à Universidade de São Paulo e à FDRP. **A Congregação**
554 **aprova, por unanimidade, com a ausência do interessado, o parecer do relator,**
555 **Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes, favorável ao relatório bienal de atividades**
556 **docentes, apresentado pelo interessado. Os autos devem ser encaminhados à**
557 **CERT para prosseguimento.** Continuando, o **Sr. Diretor informa** que os dois
558 processos as seguir tratam de solicitações de revalidação de diploma estrangeiro, ambos já
559 apreciados por este Colegiado, que agora retornam com pedido de reconsideração. Os dois
560 pedidos de reconsideração foram analisados pelo relator, Prof. Associado Luciano de
561 Camargo Penteado e, se o Colegiado entender melhor, poderão ser apreciados
562 conjuntamente, inclusive, o parecer do relator vai na mesma direção para ambos os casos.
563 Todos concordam e inicia-se o item **3. REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA**
564 **ESTRANGEIRO. 3.1. PROCESSO 2013.1.23584.1.1 - MARTIN EDUARDO**
565 **COSENTINO.** Pedido de revalidação do diploma estrangeiro, obtido na *Universidad de*
566 *Buenos Aires*, na Argentina, apresentado pelo interessado. Aprovado pela Comissão de
567 Graduação em 3.9.2014, com base no parecer favorável do relator, Prof. Associado
568 Alessandro Hirata, sem a necessidade de realização de provas. A Congregação, em
569 10.10.2014, após ampla discussão, considerando que praticamente nenhum aluno
570 estrangeiro obterá revalidação por equivalência do mínimo de 70% de conteúdo
571 programático e também a necessidade de se encontrar um meio isonômico para examinar
572 os vários pedidos que a FDRP recebe anualmente, aprovou, por maioria, que os
573 interessados em revalidação do diploma estrangeiro de graduação, uma vez cumprido o
574 requisito de carga horária total superior ou igual a 70% (setenta por cento) da carga do
575 curso da FDRP, deverá ser obrigatoriamente avaliado por prova com conteúdo
576 programático de Direito Brasileiro, abrangendo a doutrina e a jurisprudência. A prova
577 deverá ser conjunta para todos e ocorrer ao menos uma vez anualmente. O interessado,
578 após ciência da decisão, entrou com pedido de reconsideração da decisão da Congregação.
579 Parecer do Relator, Prof. Associado Luciano de Camargo Penteado. **3.2. PROCESSO**
580 **2014.1.3717.1.7 - ELISE MICHELE FRANÇOISE BRAVOZ.** Pedido de revalidação do
581 diploma estrangeiro, obtido na *Université Paris I - Panthéon - Sorbonne*, na França,
582 apresentado pela interessada. Aprovado pela Comissão de Graduação em 3.9.2014, com
583 base no parecer favorável do relator, Prof. Associado Alessandro Hirata, sem a necessidade



584 de realização de provas. A Congregação, em 10.10.2014, após ampla discussão,
585 considerando que praticamente nenhum aluno estrangeiro obterá revalidação por
586 equivalência do mínimo de 70% de conteúdo programático e também a necessidade de se
587 encontrar um meio isonômico para examinar os vários pedidos que a FDRP recebe
588 anualmente, aprovou, por maioria, que os interessados em revalidação do diploma
589 estrangeiro de graduação, uma vez cumprido o requisito de carga horária total superior ou
590 igual a 70% (setenta por cento) da carga do curso da FDRP, deverá ser obrigatoriamente
591 avaliado por prova com conteúdo programático de Direito Brasileiro, abrangendo a
592 doutrina e a jurisprudência. A prova deverá ser conjunta para todos e ocorrer ao menos
593 uma vez anualmente. A interessada, após ciência da decisão, entrou com pedido de
594 reconsideração da decisão da Congregação. Parecer do Relator, Prof. Associado Luciano de
595 Camargo Penteado. Com a palavra, o **Prof. Associado Luciano de Camargo Penteado**
596 **diz** que, inicialmente, a Comissão de Graduação sugere uma prova, em ambos os casos. No
597 caso deste processo as provas foram elaboradas por vários docentes e estão integrando os
598 autos, é uma de Filosofia feita pelo Prof. Sergio Nojiri, uma de Direito Civil feita por ele
599 próprio e uma de processo Civil feita pelo Prof. Camilo Zufelato. Diz que em menos de um
600 mês, dessa decisão que foi pela realização das provas, houve outra decisão da Comissão de
601 Graduação, exigindo o contrário, não revogando expressamente a primeira decisão, com
602 base no parecer da lavra do Prof. Associado Alessandro Hirata, simplesmente validando o
603 diploma. Isso levou os requerentes a compreender que já houvera sido já deferida a
604 validação. A Resolução do Conselho de Graduação é expressa dizendo que compete à
605 Unidade validar ou realizar prova antes da revalidação. Portanto, entende que isso não é de
606 competência última da Comissão de Graduação, que não poderia inferir isso diretamente.
607 Entretanto, como isso demorou muito tempo, um processo que já tem quase dois anos e
608 teve essa reviravolta no sentido de que foi deferido prova, depois disseram que não, vai ser
609 validado sem prova, os dois requerentes já estão trabalhando em bancas de advocacia,
610 aguardando somente a validação para prestar a OAB. Parece-lhe que o que interfere no
611 argumento, é que se mantivessem a decisão anterior, de realização anual de provas, para
612 esses dois casos haveria um prejuízo que poderia gerar uma jurisdicionalização
613 desnecessária dessas situações de fato, até fundada numa espécie de *venire contra factum*
614 *proprium*, porque houve decisões colidentes do mesmo órgão, ora num sentido, ora num
615 outro, em menos de três semanas. Parece-lhe que este é um ponto a ser considerado e pensa
616 que terão que ponderar que o Colegiado não pode fazer esse tipo de mudança, pois, isso



617 gera uma insegurança jurídica enorme. Diz que não é administrativista, mas o bacharelado
618 em Direito permite perceber que a administração pública dizer uma coisa agora e depois
619 que não em três semanas. Sua sugestão é pelo acolhimento parcial do pedido de
620 reconsideração, não para dispensar a prova, mas para que não seja realizada uma prova
621 anual para estes dois casos. Sugere que sejam aproveitadas as provas que estão lacradas nos
622 autos deste processo, se for o caso podem ser as mesmas para ambos os casos desta Pauta,
623 no mesmo dia, bastando dar ciência e realizando as provas brevemente. Isso satisfaz o
624 interesse dos requerentes e talvez uma questão a ser ponderada seja sugerir que a Comissão
625 de Graduação, sendo mantida a realização de prova anual, que faça o Edital o quanto antes
626 para os casos futuros. Mas nestes dois casos, é uma sugestão de provimento parcial da
627 reconsideração somente para que eles possam fazer desde já a prova enquanto a Unidade se
628 organiza para os casos futuros. Diz que há outros detalhes, mas a essência do caso é esta. O
629 **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco achou** o parecer do Prof. Luciano muito
630 ponderado e diz que parece ser uma solução. Somente ponderaria que talvez não seja caso
631 de a Comissão de Graduação fazer Edital, na medida em que o que existe é uma norma que
632 esta sim, pode ser divulgada no site da maneira mais oportuna. Explica que, na verdade,
633 esses pedidos vêm para a Unidade via Secretaria Geral e Pró-Reitoria de Graduação.
634 Considera que não é tanto um Edital porque não se trata de fazer uma chamada para nada.
635 Seria somente algo a título de informação, dizendo que a regra é esta. O **Prof. Dr. Caio**
636 **Gracco Pinheiro Dias diz** que como também é membro da Comissão de Graduação, em
637 relação ao ir e voltar, a Comissão de Graduação, no ano retrasado, havia decidido pela
638 aplicação da prova. No ano passado, analisando três processos, a Comissão entendeu que
639 seria desnecessária a aplicação de prova, pela interpretação da Resolução que permitia,
640 havendo a equivalência da-carga-horária, analisando-se a equivalência do conteúdo, que
641 isso permitiria à Faculdade dispensar a prova ou aplicar uma prova. O que a Comissão
642 entendeu é que havendo as duas equivalências, o pedido podia ser deferido sem prova. O
643 que aconteceu foi que em relação-a isso, na discussão desses casos na Congregação, o
644 Colegiado determinou pela obrigatoriedade de aplicação da prova. Diz que pode ter
645 entendido errado o procedimento, mas acha que não teve, em três meses, uma mudança no
646 posicionamento do Colegiado, pois ela foi causada, na verdade, por uma determinação do
647 órgão superior à CG, que foi a Congregação, que revogou ou não aprovou a decisão da
648 Comissão de Graduação e determinou a aplicação de prova. Pergunta se não foi isso que
649 aconteceu. O **Prof. Associado Luciano de Camargo Penteado responde** que



650 examinou os autos e fez constar do seu parecer, inclusive, as folhas com as decisões.
651 Ressalta que houve uma decisão em 07 de maio de 2014, onde a Comissão de Graduação
652 decide pela aplicação de prova com seleção de disciplinas. Em 22 de maio de 2014 designa
653 outro parecerista, o Prof. Associado Alessandro Hirata, com menos de três semanas, que
654 expede o seu parecer em junho. Isso vem à Congregação em outubro. Mas a própria CG
655 toma uma decisão contrária à sua própria decisão anterior, sem revogar expressamente. Diz
656 que isso não é uma questão de sua competência, não é membro da CG, mas considera
657 importante porque os peticionantes entenderam assim, e isso é o fundamento clássico de
658 ações contra a administração pública. O **Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias** diz que
659 essa decisão só seria movida se essa decisão tomada pela CG, revogando a decisão anterior,
660 tivesse sido prejudicial ao solicitante. O fato de não exigir a prova e aprovar a revalidação
661 sem a necessidade de avaliação considera difícil imaginar que o requerente iria questionar a
662 decisão. O **Prof. Associado Luciano de Camargo Penteado responde** que agora sim,
663 mas realmente o argumento da requerente é que a CG foi favorável, dispensando a prova,
664 agora vem e manda fazer prova. O **Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias ressalta** que
665 esta foi uma decisão superior e não da CG. O **Prof. Associado Luciano de Camargo**
666 **Penteado conclui** que houve uma decisão da CG que foi revogada pela Congregação, mas
667 não foi somente isso. Houve uma decisão da CG no sentido da decisão da Congregação para
668 que houvesse a prova, que depois foi alterada pela CG e que ensejou a cassação da decisão
669 da CG. Portanto, o que lhe parece estranho, neste caso específico é esta oscilação de
670 comportamento quando o órgão diz faz-se prova e depois que está dispensado da prova.
671 Não dá para dizer que o órgão estava aplicando diretamente a normativa, porque havia uma
672 decisão do Presidente do Colegiado informando as provas, tanto que as provas foram feitas
673 antes dos autos chegarem à Congregação. O que lhe causa estranheza é esse comportamento
674 de dois pesos duas medidas no comportamento, como diria o Prof. Junqueira. Direciona-se
675 para um comportamento e depois volta no sentido exatamente oposto, pois isto viola a boa
676 fé da administração pública. O **Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias explica** que
677 houve alteração na composição da Comissão de Graduação, e foi o que justamente permitiu
678 a mudança de opinião da decisão tomada anteriormente. Exatamente no mês de maio foi
679 quando tomou posse como membro da CG, por isso houve uma mudança na opinião da CG.
680 O **Sr. Diretor interfere** e diz que do ponto de vista prático, independente se o órgão
681 Colegiado revogou ou não uma decisão, a Congregação tem que tomar uma decisão sobre o
682 que fazer nestes dois casos. Como sugere o Prof. Luciano no seu parecer, o Colegiado



683 aprovaria a realização da prova para estes dois casos em data próxima, sem esperar a
684 publicação de um Edital e, além disso, aproveitando as provas que já estão prontas e
685 lacradas no processo. Considera que o Colegiado pode se ater a este aspecto e não ficar
686 discutindo fatos. O **Prof. Associado Rubens Beçak diz** que sempre a melhor decisão é
687 aquela que resolve os interesses dos envolvidos e sem prejudicar ou beneficiar uma análise
688 mal feita daquilo que se poderá verificar de uma melhor forma no futuro. Se fizer as provas
689 agora para esses dois interessados, só resolverá a situação deles e não prejudicará nem
690 antecipará decisão contrária. Portanto, o Colegiado poderia resolver nesse sentido, que é a
691 proposta do Prof. Luciano, sem nenhum prejuízo a um debate da oportunidade de haver um
692 exame, que acha que é a proposta do Prof. Nuno. A **Representante discente Larissa**
693 **Barbosa Nicolosi Soares demonstra** preocupação, no sentido de que a revalidação de
694 diploma no âmbito da FDRP se estenda por tempo muito superior à média de demora da
695 USP. Diz que consta no site da FFLCH, por exemplo, que o prazo médio mínimo de espera é
696 de sete ou oito meses. Diz que a própria previsão de uma prova anual na FDRP já estende o
697 prazo mínimo para um ano. Ambos os casos que estão sendo apreciados hoje neste
698 Colegiado já estão há mais de um ano na Unidade. O **Sr. Diretor ressalta** que é preciso
699 reconhecer essa Deliberação da Congregação efetiva, verificar se já foi dada publicidade
700 efetiva. Quando forem encaminhados esses processos para a Unidade, já se sabe,
701 previamente, quais são as regras aplicadas na Unidade. Em seguida, o **Sr. Diretor coloca**
702 em votação o parecer do relator, que propõe que sejam realizadas as provas para esses dois
703 requerentes Martin Cosentino e Elise Michele Françoise Bravoiz, com o aproveitamento das
704 provas já elaboradas. O Colegiado aprova no seguinte sentido: **3.1. PROCESSO**
705 **2013.1.23584.1.1 - MARTIN EDUARDO COSENTINO: a Congregação aprova,**
706 **por unanimidade, o parecer do relator, Prof. Associado Luciano de Camargo**
707 **Penteadó (fls. 72 a 77), que assim conclui “... sugiro a reconsideração, para este**
708 **caso, da parte final da decisão de fls. 61, ‘a prova deverá ser conjunta para**
709 **todos e ocorrer ao menos uma vez anualmente’, de modo que se possa aplicar**
710 **as provas já elaboradas integrantes destes autos, para este candidato, até que,**
711 **nos outros casos, seja elaborado edital anual, com provas anuais para todos os**
712 **interessados. O pedido de reconsideração comporta provimento parcial, para**
713 **que seja realizada uma prova de conhecimentos específicos ao candidato,**
714 **mantida a necessidade de realização da avaliação.” Os autos, a seguir, serão**
715 **encaminhados à Comissão de Graduação, para prosseguimento. 3.2.**



716 **PROCESSO 2014.1.3717.1.7 - ELISE MICHELE FRANÇOISE BRAVOZ:** a
717 **Congregação aprova, por unanimidade, o parecer do relator, Prof. Associado**
718 **Luciano de Camargo Penteado (fls. 44 a 48), que assim conclui "... sugiro a**
719 **reconsideração, para este caso, da parte final da decisão de fls. 37, 'a prova**
720 **deverá ser conjunta para todos e ocorrer ao menos uma vez anualmente', de**
721 **modo que se possa aplicar as provas já elaboradas integrantes daqueles autos**
722 **referidos (2013.1.23.584.1.1), para esta candidata, até que, nos outros casos,**
723 **seja elaborado edital anual, com provas anuais para todos os interessados.**
724 **Sendo assim, entendo que o pedido de reconsideração comporta provimento**
725 **parcial, para que seja realizada uma prova de conhecimentos específicos à**
726 **candidata, mantida a necessidade de realização da avaliação." Os autos, a**
727 **seguir, serão encaminhados à Comissão de Graduação, para prosseguimento.**
728 **O Sr. Diretor ressalta** que, para o futuro, a Deliberação da Congregação, à qual deve ser
729 dada maior publicidade, já resolve a questão, pois estabelecerá prazos, vai haver uma
730 periodicidade anual, de forma que este Colegiado não deverá enfrentar esse problema para
731 aqueles que tiverem interesse em ter o seu diploma revalidado na FDRP. A preocupação
732 maior nestes dois casos, é com o tempo que já transcorreu. **O Prof. Associado Luciano**
733 **de Camargo Penteado, em resposta** à indagação da Representante Discente Larissa
734 Barbosa Nicolosi Soares (fora do microfone), diz que não é a respeito da comunicação da
735 decisão da Congregação, porque esta houve e é evidente, pois, houve um pedido de
736 reconsideração. A pergunta é se aquela decisão da Comissão de Graduação foi cientificada.
737 Continuando, explica que só há que se falar em comportamento contraditório da
738 administração, porque houve a ciência, senão ainda estaria no âmbito interno da
739 administração uma decisão ainda em formação. Não há uma comunicação expressa da
740 Comissão de Graduação ao candidato, mas dá conta a leitura dos autos que eles foram
741 informados da dispensa, pela narrativa que é feita. Parece-lhe e considera que é um caso
742 que deveria ser estudado para outros fins, porque há troca de email entre o Serviço de
743 Graduação e a Presidência da Comissão de Graduação após a decisão em um dos casos, com
744 o interessado, dizendo opiniões a respeito se a decisão é discricionária ou vinculada, se cabe
745 ou não recurso e parece-lhe não é a melhor postura, pelo menos é a sua sugestão, e está
746 ressaltada em seu parecer no caso do requerente Sr. Martin Cosentino, mas já que
747 levantaram questões laterais, é um caso paradigmático para estudo e talvez eventuais
748 aprimoramentos de como a Faculdade tem que se comportar em outras situações. O Sr.



749 Diretor corrobora e considera que tem que se pensar em como aprimorar isso, mas neste
750 momento a questão é resolver um problema, sob pena de prejudicar ainda mais esses
751 interessados. O encaminhamento já foi votado, mas pergunta novamente se o Colegiado
752 mantém a decisão de aprovação do parecer do Prof. Luciano. Todos de acordo com a
753 aprovação do parecer do relator. Inicia-se o item que foi incluído na Pauta, por decisão
754 favorável do Colegiado: **4. REGULAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO -**
755 **ALTERAÇÃO (PAUTA SUPLEMENTAR). 4.1. PROTOCOLADO 2015.5.33.89.1 -**
756 **FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO.** Proposta de alteração do
757 Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Direito da FDRP, tendo em vista a
758 necessidade de ajustes na parte que trata dos Critérios de Seleção. Aprovada pela CPG em
759 30.1.2015. O processo foi encaminhado à Reitoria, mas retornou porque não houve
760 manifestação da Congregação. O **Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira pede** desculpas e
761 diz que realmente uma formalidade não foi atendida, o Edital saiu no período de férias, mas
762 a CPG deveria ter buscado uma aprovação *ad referendum* da Diretoria. Isso não foi feito,
763 mas para os próximos anos fica a lição que se deve trabalhar o Edital não nos meses de
764 novembro e dezembro, mas tentar refinar o Edital no mês de outubro, para que a
765 Congregação possa apreciar eventuais novas mudanças em tempo, até a última Sessão do
766 ano anterior. Esclarece que são algumas alterações, com a preocupação de definir o que são
767 as etapas e as fases. A primeira mudança é no item II.1 – proficiência em língua estrangeira,
768 onde foi incluído o trecho, entre vírgulas, “como 1ª etapa de seleção”. O texto ficou assim: “a
769 proficiência em língua estrangeira será exigida durante o processo seletivo, como 1ª etapa
770 da seleção, conforme item V deste regulamento”. Diz que estão definindo isso porque no 1º
771 Edital essa questão trazia algumas dúvidas sobre o que era 1ª etapa. Lembra que passaram
772 um bom tempo discutindo etapa e fase. A segunda grande alteração é uma mudança no
773 conteúdo do projeto de pesquisa. Esclarece que o projeto de pesquisa deve ter no máximo
774 dez páginas, e no modelo anterior contaria com: justificativa, objetivos, problema e
775 referências. Isso está mantido. Diz que o Edital antigo falava em material e métodos e
776 resultados esperados que foi uma indicação da Pró-Reitoria, mas na área do Direito fica
777 melhor falar em metodologia do que em material e métodos ou resultados esperados.
778 Considera que faz mais sentido para o perfil de pesquisa do Direito. Na terceira modificação
779 é importante, pois, a redação atual dizia que os candidatos seriam avaliados, em caráter
780 eliminatório, através de uma prova escrita (primeira fase) com nota mínima 7,00 (sete) em
781 10,00 (dez), garantindo o anonimato dos candidatos. Agora, a nova redação diz que os



782 candidatos que comprovarem a proficiência em língua estrangeira serão avaliados, em
783 caráter eliminatório, através de uma prova escrita (2ª etapa), com nota mínima 6,00 (seis)
784 em 10,00 (dez), garantido o anonimato dos candidatos durante a correção. A nota cai de
785 7,00 para 6,00 e a experiência prática com a avaliação desse ano lhes mostrou que o grau de
786 dificuldade da prova, se o aluno consegue obter uma nota igual ou acima de 6,00 (seis)
787 estará apto a ser arguido por uma banca. Lembra que tiveram diversos recursos este ano, e
788 da experiência deste ano, bons alunos que tiveram próximos à nota rasa de 7,00 (sete) são
789 gratas surpresas no programa. Dada a dificuldade do caráter de avaliação da Faculdade a
790 Comissão de Pós-Graduação entendeu por bem deixar a nota em 6,00 (seis), pois, por vezes
791 o candidato tem o perfil de pesquisa, tem uma belo projeto de pesquisa para apresentar à
792 arguição, tem um bom currículo, tem o perfil de pesquisador, mas na prova fica, por
793 exemplo com 6,25, se confunde em uma resposta, zera um resposta, são apenas cinco
794 questões, e se o aluno zera uma resposta por algum problema com aquele livro específico,
795 esse aluno está muito próximo de ser eliminado com a média em 7,00 (sete). Considera que
796 diante do perfil da prova, decidiram por bem trazer a nota para 6,00 (seis), levando em
797 conta a experiência do que foi o processo seletivo este ano. Lembra que foram trinta e três
798 alunos aprovados de um universo de cerca de quarenta vagas. **O Prof. Titular Ignácio**
799 **Maria Poveda Velasco endossa** o que os Professores Doutores Gustavo Assed Ferreira e
800 Guilherme Adolfo dos Santos Mendes disseram, mas pondera que, do ponto de vista do
801 efeito psicológico, essa história de que teve alunos muito bom com nota 6,25, esse mesmo
802 raciocínio vai se colocar amanhã para o aluno que tirar 5,75. Considera o efeito psicológico
803 de pensarem que na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto o pessoal baixou a nota, e
804 ninguém vai ficar sabendo do que há por trás em termos de conteúdo e de seriedade.
805 Lembra que teve essa experiência quando presidiu a Comissão de Pós-Graduação da
806 Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e criaram a área nova sobre Direitos
807 Humanos. Nessa área nova introduziram ações afirmativas para aqueles grupos
808 vulneráveis. Esclarece que eles tinham seus mecanismos, mas as exigências eram as
809 mesmas, como no caso da proficiência era nota 7,00 (sete). Lembra que tiveram um
810 mandato de segurança exigindo que a Faculdade, para aqueles grupos vulneráveis,
811 abaixasse a nota, o que a justiça negou. Reitera o efeito psicológico de baixar a nota, ou seja,
812 a impressão que fica. **O Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes comunga**
813 com a preocupação do Prof. Ignácio, e chegou a se manifestar na CPG com um raciocínio
814 bem similar, mas lhe aparenta que esse impacto não vai acontecer, porque não houve um



815 afrouxamento da exigência, uma vez que a próxima etapa que era de caráter classificatório
816 passa a ser de caráter eliminatório, e além dessa questão, o Edital da Faculdade está
817 assustando. Diz, ainda, que verificou que algumas pessoas extremamente preparadas
818 consideraram o Edital muito complicado. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda**
819 **Velasco diz** que não se importaria com isso. Considera que é bom que o Edital assuste e o
820 fato de ter sobrado vagas, neste primeiro momento é bom, pois, a sua preocupação não é de
821 preencher vagas a qualquer custo. O **Prof. Associado. Thiago Marrara de Matos**
822 **considera** que existe outro modelo para se refletir no futuro, que é o modelo utilizado pela
823 Fuvest nas transferências externas. Diz que lhe parece interessante porque se determina a
824 eliminação não por nota, mas sim pela quantidade de candidatos por número de vagas.
825 Esclarece que esse é outro modelo, que não tem nada a ver com nota, tem a ver com uma
826 proporção do número de vagas para reflexão no futuro. Considera que a Comissão de Pós-
827 Graduação transportou um modelo que a seu ver é muito ruim e tem sido aplicado por
828 muitos anos na Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
829 Considera, ainda, que é um processo seletivo extremamente longo, e extremamente caro
830 para pessoas que não são da cidade. Esclarece que um aluno que queira vir participar desse
831 processo seletivo tem que fazer três viagens à Ribeirão Preto e pagar hotel, por três vezes,
832 para poder participar do processo seletivo. Pede que imaginem isso nos custos de um
833 recém-formado. Considera, também que isso excluir e afasta muita gente do processo
834 seletivo. Exemplifica que sempre estimula seus alunos a participarem de vários processos
835 seletivos de Pós-Graduação, e teve um aluno excelente, este ano, que lhe disse que não
836 poderia participar do processo seletivo da Universidade Federal do Paraná porque teria que
837 ir quatro vezes à Curitiba, pagar quatro passagens áreas de ida e volta, pagar quatro diárias
838 de hotel para participar de um processo seletivo que nem sabe se vai entrar. Diz que olha o
839 Edital da Faculdade e considera que estão repetindo esse modelo excludente e nocivo a eles
840 mesmo. Pergunta por que não se pode fazer entrevistas por tecnologias de comunicação, se
841 podem fazer uma banca de doutorado por *Skype*. Considera que estão reproduzindo um
842 modelo que é da década de 80, diante de uma realidade que lhes oferece tecnologia e uma
843 série de outras coisas. Diz que contou as fases do Edital, e o aluno que vem à Faculdade terá
844 que viajar três vezes à Ribeirão Preto. Pergunta se vão trazer um aluno do Norte ou do
845 Nordeste, diz que tem dúvidas. Considera, ainda, que o aluno pode viajar para Ribeirão
846 Preto, mas uma vez no máximo, faz as provas e estas ficam lacradas e dependendo da
847 correção são abertas para a segunda fase. Gostaria que a Comissão refletisse sobre isso para



848 o futuro, pois, não vão atrair alunos de outras regiões com esse modelo. Diz, ainda, que esse
849 modelo é extremamente nocivo para a internacionalização, pois, quando falam em
850 internacionalização, considera que não é apenas ficar mandando alunos para o exterior,
851 mas também receber estrangeiros aqui. Pergunta que estrangeiro vai fazer três viagens para
852 participar de um processo seletivo de Pós-Graduação. O **Sr. Diretor considera** as
853 ponderações do Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos muito interessantes e diz que seria
854 interessantes que essas ponderações fossem levadas em consideração. O **Prof. Dr.**
855 **Guilherme Adolfo dos Santos Mendes esclarece** que essa questão não passou em
856 branco na Comissão de Pós-Graduação, e esse resultado foi absolutamente intencional, e
857 assunto foi discutido e o que foi ponderado é o risco de se obter candidatos e depois estes
858 não participarem do certame. Considera as ponderações do Prof. Dr. Thiago Marrara de
859 Matos extremamente pertinentes, no mínimo, para serem recolocadas na Comissão e se
860 compromete a colocá-las para o próximo Edital. Reitera que foi intencional, e inclusive
861 discutiram se a proficiência poderia ser feita em São Paulo, e decidiram que seria em
862 Ribeirão Preto, senão o candidato acaba passando não comparece para o resto do processo
863 seletivo e essa vaga fica solta. Confirma que levará as ponderações do Prof. Dr. Thiago
864 Marrara de Matos para serem discutidas na Comissão de Pós-Graduação. O **Prof. Dr.**
865 **Gustavo Assed Ferreira considera** que a prova de proficiência poderia ser facilitada,
866 poderiam encontrar outras maneiras e outros locais para que o candidato a fizesse.
867 Considera, ainda, fundamental que o candidato venha fazer uma prova escrita e esteja na
868 Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, e que haja caráter eliminatório e que após a prova
869 escrita, que sempre é muito difícil, e concorda com o Prof. Ignácio, que neste momento é
870 um número menor é positivo para um programa que pretende ser sério e que está sendo
871 sério até aqui. É importante que esse candidato faça a prova escrita, mas que essa prova
872 escrita não garanta, como garantiu este ano, uma vaga ao candidato. Diz que o candidato
873 deverá voltar à Faculdade com um projeto crível, ainda que sofra alguma alteração no
874 futuro, que seja viável e que o aluno tenha um currículo que demonstre o perfil de
875 pesquisador, que demonstre a capacidade de ter uma história de vida em pesquisa a partir
876 da experiência que obterá no Programa de Mestrado. Justifica que é por isso que foi feito o
877 terceiro bloco de alterações. Antes, até por uma instrução quase obrigatória da Pró-Reitoria
878 de Pós-Graduação, foi indicado que deveriam ter o caráter apenas classificatório na fase
879 final. Foi instruído que já houve vários problemas e o Ministério Público discute muito
880 eventuais preferências de A ao invés de B, o excesso de subjetivismo nas bancas finais, e



881 lhes foi sugerido pela assessoria da Reitoria concedida ainda no tempo do grupo de
882 trabalho, que mantivessem um critério basicamente classificatório na última fase. Lembra
883 que a experiência deste ano, onde, provavelmente terão um número menor de aprovados,
884 mesmo com a nota 6,00, do que de vagas disponíveis fez com que, *ad cautelam*, a Comissão
885 de Pós-Graduação adotasse um critério classificatório e eliminatório para a fase final do
886 processo seletivo. Esclarece que um candidato que não tem um projeto de pesquisa viável
887 não deve entrar em um Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado. O **Prof. Titular**
888 **Ignácio Maria Poveda Velasco pergunta** se a terceira fase é de seleção pelo orientador. O
889 **Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira esclarece** que os candidatos habilitados para a 3ª etapa
890 da seleção participarão de uma arguição, com caráter eliminatório, conduzida por banca
891 constituída por três orientadores, professores do Programa, indicados pela Comissão de Pós-
892 Graduação. Na arguição do projeto, serão eliminados os candidatos que obtiverem nota
893 inferior a 6,00 (seis) na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez). O Edital publicará os critérios
894 para avaliação do projeto e as regras para a pontuação do currículo. Esclarece que já
895 acontece isso, na verdade, são as regras objetivas no limite do que é possível para a análise
896 de projeto e para a arguição. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco diz** que
897 entendeu o motivo do comentário sobre o Ministério Público. Pergunta se a experiência
898 desse primeiro ano em relação a terceira etapa foi positiva. Considera que a relação
899 orientador orientando é uma relação *intuitu personae*, no sentido de que não é só uma
900 aderência à uma linha da pesquisa, mas também é uma questão de o possível orientador
901 avaliar através do projeto de pesquisa, através do *currículo lattes*, de entrevista, e avaliar se
902 aquele candidato vai ter condições de realizar um Mestrado de qualidade ingressando no
903 programa. Diz isso porque, na verdade, a seleção celebra-se como se fosse um casamento
904 acadêmico e se traz para orientação alguém que depois se mostra inadequado não é só um
905 problema para o programa, é um problema para o próprio orientador. Entende que a ideia de
906 uma banca é recorrente e sabe que na Faculdade do Largo São Francisco isso também foi
907 discutido, mas sempre consideraram que deveriam ter mecanismos de seleção objetiva em
908 termos de excelência, de conteúdos, seja de proficiência, seja numa prova específica de
909 conhecimentos na área de concentração pretendida, porém, chega um momento, que é na
910 terceira etapa, em que o pretendido orientador tem que se manifestar. Considera, ainda, que



911 já se restringiu muito o espaço para essa discricionariedade, mas há um finalzinho em que
912 deveria haver um espaço para o orientador. Comenta que se o orientador for uma pessoa
913 responsável e séria vai fazer essa avaliação em cima do projeto, do currículo e também de
914 uma entrevista, olho no olho. Justifica que em Ribeirão Preto é tanto mais necessário, pois,
915 tem candidatos de muitos lugares que vêm para cá de mala e cuia, para valer. O **Sr. Diretor**
916 **complementa** que está totalmente de acordo com essas ponderações. Lembra que essa
917 discussão ocorreu no grupo de trabalho que houve no final do ano 2013 para a aprovação do
918 Regimento. Entende as razões pelas quais o Regimento da Faculdade foi bastante duro, pois,
919 estão começando e é até uma questão de afirmação da seriedade do Programa de Pós-
920 Graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. Concorda com a afirmação do caráter
921 *intuitu personae* da orientação, mas entende que por hora, como a Faculdade ainda está
922 começando é importante a demonstração desse rigor. Lembra que estão fazendo só algumas
923 digressões importantes para um aproveitamento futuro, porque o Edital já foi publicado.
924 Considera que não adianta discutirem e mudar as regras, mas a ponderação feita pelo Prof.
925 Titular Ignácio Maria Poveda Velasco e que ele também fez no grupo de trabalho, até pela
926 sua experiência com orientação, é algo que no futuro, não agora, poderão pensar. Diz que
927 gostaria de manifestar sua posição. Concorda com o trecho que diz que os candidatos que
928 comprovarem a proficiência em língua estrangeira serão avaliados em caráter eliminatório e
929 depois haverá outras exigências rigorosas e etc. Mas considera que, até por dever de ofício,
930 pela sua formação, diminuir a nota de 7,00 (sete) para 6,00 (seis) não é o ideal, embora
931 continue havendo critérios rigorosos. O **Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira diz** que há um
932 espaço para a relação e a decisão do orientador. Esclarece que o candidato declara o
933 interesse em determinada orientação, e preferencialmente, esse orientador pretendido é um
934 dos membros da banca e tem o poder de veto dentro da banca. O **Prof. Dr. Guilherme**
935 **Adolfo dos Santos Mendes esclarece** que o candidato tem uma lista de opções, isso é
936 passado para os orientadores, antigamente não. Lembra que no seu caso teve duas vagas e
937 quatro candidatos, e os dois primeiro, obrigatoriamente, tinha que orientar e era assim no
938 Edital passado. Esclarece que, levando em consideração essas ponderações que não são
939 inéditas, a Comissão de Pós-Graduação deliberou por ajustar colocando essa ponderação no
940 poder de veto, então o orientador recebe uma lista de candidatos que têm interesse em ser



941 orientados por ele e pode vetar o candidato e a Comissão vai ajustar considerando esse poder
942 de veto. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco** esclarece que por conta da
943 subjetividade de uma entrevista o Ministério Público suprimiu as entrevistas em concursos
944 públicos, pois, existia um elevado grau de subjetivismo. Lembra que, na verdade, neste
945 momento há a oportunidade de alimentar o debate. O **Prof. Associado Luciano de**
946 **Camargo Penteado** diz que não irá fazer considerações gerais, mas sim pontual com
947 relação a essa aprovação. Parece-lhe que não há nenhum impedimento jurídico para que uma
948 pequena modificação seja feita, pois, se pode republicar Editais com correção, e não estão
949 forçados a aprovar. Parabeniza a Comissão de Pós-Graduação por enfrentar várias
950 dificuldades e desafios. Considera que essa banca tem um problema principal, e diz isso por
951 ter participado das bancas no ano passado, que é o fato de não ser obrigatório que o
952 orientador pretendido seja membro dela. Considera, ainda, que essa ideia que o Prof. Titular
953 Ignácio Maria Poveda Velasco sugeriu de um contato pessoal do orientador com o
954 orientando, de certa forma, estava contemplada no modelo anterior. Esclarece que o
955 orientador que o candidato escolhia com primeiro, era membro obrigatório dessa banca, e
956 isso foi suprimido. Diz que sabe que há movimentos na Faculdade de pessoas que pensam
957 que isso é uma forma de permitir acesso com critérios pessoais, mas na linha do que se falou
958 nos grupos de trabalho a ideia é que o orientador estivesse na banca de seleção. Comenta
959 que sabem que isso causou problemas práticos, e há um caso específico do fato em que a
960 orientadora não estava na banca, e isso gerou um desgaste muito grande na relação entre ela
961 e a candidata, que se tornou público na Faculdade e desagradável. Diz que ninguém está
962 querendo fazer aqui um curral com seus orientandos, até porque, se fosse fazer isso não
963 estaria aqui, e esse argumento de que vai estimular que venha alguém da magistratura, se
964 forem pesquisadores serão bem-vindos. Considera que devem ser imparciais para todos ou
965 terão problemas severos, pois, tem professores excelentes, e só orientam na Faculdade, e não
966 terão a oportunidade de participar do processo seletivo final e avaliar efetivamente para os
967 projetos dos orientandos. Considera que desse modo a coisa fica estranha, pois, a nota será
968 dada por terceiros, que não necessariamente tem a mesma linha, com a mesma preocupação
969 de pesquisa. No seu modo de ver, a bibliografia que é selecionada para a prova teórica é, no
970 mínimo, parcial e quer queria, quer não, é um Mestrado em Direito. Tudo bem que tenham



971 todas essas especialidades de instituições de direitos fundamentais, mas há textos que lhe
972 parecem muito distantes do que seja a homogeneidade do programa, muito específicos de
973 um ou outro lado da questão, o que necessariamente vai implicar problemas na seleção.
974 Comenta que os professores que têm outro tipo de formação podem receber alunos que terão
975 um problema de seleção lá na frente. Considera que uma aprovação por uma banca em que o
976 orientador não participa viola o grupo de trabalho, mas se a Comissão de Pós-Graduação
977 insiste nisso, o que parece que não é o melhor remédio, deve dar a participação ao orientador
978 para não gerar esse custo, pois, mesmo que tenha poder de veto não poderá avaliar a
979 pluralidade das pessoas que eventualmente estavam concorrendo com ele. Parabeniza a
980 instituição do poder de veto porque é fundamental, seja por questões objetivas ou subjetivas,
981 mas legítimas, pois, nem todas as questões subjetivas são repugnantes, algumas são
982 relevantes. Exemplifica que o professor pode exigir alguém que estude cinco horas por dia,
983 mas há questões que beirariam uma improbidade administrativa. Considera que o argumento
984 de o que subjetivo é, em princípio, ruim não lhe parece ter sentido. Sugere uma solução
985 híbrida, ao invés de colocar o orientador fora do processo seletivo, na regra abstrata ou fazer
986 a entrevista só nesse momento, se aprova a regra anterior e republica-se o Edital. Não vê
987 problema nisso. **A Representante Discente Larissa Barbosa Nicolosi Soares diz** ter uma
988 visão um pouco menos crítica do processo porque considera que foi mais objetivo, e sabe
989 que a relação é pessoal, e tem o *intuitu personae*, mas no caso da USP é excessivo. Diz,
990 ainda, ter muitos amigos de outras Faculdades que têm muita vontade de entrar na pesquisa
991 e têm muita dificuldade de entrar na USP. Considera que o processo não teve a taxa de ex-
992 alunos tão grande quanto é na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, pois, já fez a
993 conta. Considera, ainda, esse um aspecto positivo do processo anterior. Considera, também,
994 extremamente positivo o fato do orientador ter a faculdade de não estar, porque é
995 interessante mostrar para outras pessoas, que não o seu orientador que o candidato também
996 tem um domínio do projeto. Em sua opinião, gostou da experiência de ter uma banca sem a
997 participação do seu orientador. Comenta que o programa da Faculdade de Direito de
998 Ribeirão Preto tem um caráter diferente da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, de
999 que não é um problema mudar a orientação. Comenta, ainda, que depois que se amadurece e
1000 quer trocar o orientador não é um problema tão grande, quanto é praticamente impossível na



1001 Faculdade de Direito do Largo São Francisco. O **Sr. Diretor concorda** com as palavras da
1002 representante discente. Considera o depoimento importante em relação a experiência que
1003 teve, mas a orientação é uma via de mão dupla, não é só o orientando que deve ser sentir
1004 confortável com o processo seletivo dele, o orientador também. Comenta que teve
1005 experiências desastrosas, escolheu mal e em alguns momentos não houve empatia.
1006 Considera que o sucesso de uma boa orientação, de um bom Mestrado, um bom Doutorado,
1007 é que a relação entre orientador e orientando não pode ser unilateral, é uma relação de
1008 trabalho e não pode se esquecer disso. Considera, ainda, que, de qualquer maneira, o futuro
1009 orientador tem que ter a possibilidade de escolher. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda**
1010 **Velasco diz** que lhe parece que houve um entendimento de que se republicar o Edital com
1011 uma pequena mudança, desde que não traja prejuízo aos candidatos, não teria problema.
1012 Considera que pode ser um ganho essa experiência de uma terceira etapa de caráter
1013 eliminatória, conduzida por uma banca composta por três orientadores do programa. Sugere
1014 que se acrescente alguma coisa dizendo: dentre os quais o orientador pretendido. Comenta
1015 que não seria somente o orientador como é em São Paulo, mas uma banca em que o
1016 orientador também está lá. Considera que já que ele é o pretendido, ninguém melhor que ele
1017 para avaliar. Diz isto porque se acharem que a questão da nota pode ser retomada também
1018 poderia haver a eventual publicação de Edital. O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos**
1019 **Mendes diz** que gostou muito das palavras da representante discente. Lembra que cursou da
1020 Faculdade de Direito do Largo São Francisco na Graduação, Mestrado e Doutorado e vê um
1021 tremendo valor em todas suas atividades. Considera que essa questão de deixar na mão do
1022 orientador a Faculdade de Direito do Largo São Francisco erra muito. Há essa correlação de
1023 alunos e se forem levantar parentescos e filiações encontrarão essa correlação também.
1024 Considera, ainda, que não há nada de ruim na subjetividade, mas a questão é a subjetividade
1025 não controlada. Esclarece que a subjetividade controlada é aquela que se por
1026 intersubjetividade e não é o caso da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, e nesse
1027 ponto em particular, decidiram romper que esse modelo. Diz que a sua impressão é que esse
1028 depoimento da representante discente é comungado pelos alunos e a comunidade tem
1029 comungado também. Pode ser que em um primeiro momento tenham exagerado a mão, mas
1030 talvez tenha sido melhor errar nessa direção, do que permanecer em um erro maior na outra.



1031 direção. Gostaria que tivessem cuidado na mudança dessa direção, pois, a Comissão já
1032 mitigou um pouco esse modelo mais rigoroso da objetividade via intersubjetividade de uma
1033 banca. Considera que a questão é que o processo seletivo da Faculdade tem sido elogiado
1034 pela comunidade. Pede que qualquer mudança não faça perder o espírito, principalmente,
1035 que consolide essa situação, para que se houver realmente um erro, que fique bem claro,
1036 bem contundente, trazendo questões pontuais. Comenta que o exemplo que o Prof.
1037 Associado Luciano de Camargo Penteado colocou sobre questões pontuais, neste modelo,
1038 talvez não teria tido esse problema que foi apontado e sabe exatamente qual foi o exemplo
1039 que o professor colocou. **O Prof. Associado Luciano de Camargo Penteado considera**
1040 que não vale a pena de sua parte prolongar a discussão, e sua sugestão é apenas pedir
1041 encaminhamento para votação, porque há outras questões importante. A única coisa que
1042 realmente quer salientar é que existe essa questão pontual, houve outras e às vezes o próprio
1043 fato do orientador estar na banca é desconfortável, pois, fica difícil exercer o poder de veto.
1044 Lembra que o ano passado não houve o poder de veto, houve bancas em que o orientador
1045 não esteve presente, houve repescagem e não houve um casamento adequado. Diz que
1046 passou meses convivendo com uma colega profundamente insatisfeita com isso. Diz, ainda,
1047 que está insatisfeito com a bibliografia indicada, porque de cinco livros tem
1048 permanentemente uma carga expressiva de livros de ciências sociais, de ciência política, de
1049 tendências sociológicas expressivas e de direito e instituições. Comenta que não faz questão
1050 que sigam o que ele diz, mas pelo menos se lhe pedem para falar, que ouçam aquilo que ele
1051 fala. Sente uma frustração quando vê que não pode selecionar alunos afetos a sua linha de
1052 pesquisa, porque eles vão ter que ler obras de autores que não lhe dizem respeito nem nunca
1053 dirão. Comenta, ainda, que não vê isso como objetivismo, vê isso como subjetivismo,
1054 porque é possível, às vezes, fazer até um acoplamento de obra e docente que indicou.
1055 Considera muito desagradável trabalhar assim, ainda mais quando o professor, a pedido dos
1056 Diretores anterior e atual, não foi se credenciar em nenhum outro programa. Considera,
1057 ainda, que a composição da banca pode ser profundamente subjetiva. Supondo que o Prof.
1058 Dr. Gustavo Assed Ferreira, a quem muito aprecia e que é seu amigo, seja seu *ex adverso* e
1059 monte uma banca com mais duas pessoas que não gostem dele e dos seus orientandos apenas
1060 com o escopo de eliminar a possibilidade de ele ter o candidatos, isso também é



1061 subjetivismo. Esclarece que é só uma hipótese, que não vai acontecer isso, e dizer que o fato
1062 do orientador estar na banca é subjetivismo, diz que o Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos
1063 Santos Mendes não pode concordar com isso, pois fizeram bancas juntos de candidatos tanto
1064 de um quanto para outro e também para a Prof^a Flavia Trentini e lhe parece que não houve
1065 problema nenhum, pelo contrário, pois a única bolsista Fapesp até o momento foi uma
1066 orientanda que fez a banca e ele estava lá. Não considera que fez uma decisão equivocada ou
1067 subjetiva, e não gostaria de recebê-la sem estar na banca e sem ver a exposição pública do
1068 projeto e poder avaliar. Diz que não vê uma violação e não vai invocar a ancestralidade de
1069 uma Faculdade, que como todas, tem seus méritos e seus deméritos. Considera que esse
1070 medo de ficar comparando as coisas, é equivocado, mas que devem ver o lado bom das
1071 coisas e fazer o serviço. O Sr. **Diretor pondera** que estão fazendo o serviço deles. Vê essas
1072 discussões com muita satisfação e na realidade todos querem aprimorar o processo, ainda
1073 que haja divergências de como fazer, há uma convergência nesse sentido de aprimorar.
1074 Considera que as ideias trazidas são importantes para uma reflexão. Concorda com o Prof.
1075 Titular Ignácio Maria Poveda Velasco que desde que não houvesse prejuízo aos candidatos
1076 não haveria problema em republicar esse Edital, mas receia, no entanto, que essas discussões
1077 já ocorreram e qualquer alteração que fizeram aqui possa, como ponderou o Prof. Dr.
1078 Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, sair da linha dessa questão neste momento talvez
1079 possa ser perigoso. Considera que as reflexões têm que ser feitas pela Comissão de Pós-
1080 Graduação, e em um momento mais oportuno podem reapreciar-isso. Comenta que têm
1081 novamente, a exemplo do foi a situação anterior, que resolver um problema imediato de
1082 permitirem a realização das provas para o exame de revalidação. Já neste caso tem que
1083 resolver um problema de um Edital que já foi publicado, que segue uma linha discutida na
1084 Comissão de Pós-Graduação, que lhe parece predominante, e que merece reparações, mas
1085 que não devem ser feitas hoje, mas sim com mais calma. Desta forma, resolveriam um
1086 problema, como já reconhecido pelo Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira, pois, o Edital está
1087 publicado, precisam aprovar esse Edital para que o mesmo volte para as instâncias
1088 superiores. Considera que esse poderia ser o encaminhamento sem prejuízo das excelentes
1089 ponderações que foram feitas. Esclarece que a participação mais efetiva do orientador na
1090 banca vai mudar um pouco a concepção do que hoje predomina, e precisariam estudar isso.



1091 um pouco melhor. Considera que a questão da nota talvez não seja tão essencial assim.
1092 Esclarece que as discussões foram muito ricas e o seu receio é que mudá-las agora talvez
1093 fosse muito arriscado, e deveriam agir de forma muito consistente. O **Prof. Dr. Gustavo**
1094 **Assed Ferreira considera** que, de fato, essa é uma discussão profícua, e declara que é voto
1095 vencido na Comissão de Pós-Graduação, no que diz respeito ao peso do orientador. Justifica
1096 que não é por presidir a Comissão que a ~~su~~ vontade e suas intenções prevalecem,
1097 respeitando sempre o espírito democrático. Considera louvável e prudente que o orientador
1098 esteja na banca, e entende o espírito do que se propõe neste Edital, ainda que não seja aquilo
1099 que pessoalmente considera louvável. Concorda com o Sr. Diretor e o Prof. Titular Ignácio
1100 Maria Poveda Velasco nesse sentido. Porém, pede pelo Edital, sobretudo no que tange a esse
1101 espírito do qual não comunga, mas que considera ser uma tentativa que a maioria da
1102 Comissão de Pós-Graduação aprovou, após amplos debates. Explica que a Comissão
1103 demorou um pouco para finalizar o Edital porque os debates sempre foram respeitados pela
1104 Presidência, depois vieram os períodos de férias dele, do Sr. Diretor, e deveriam ter buscado
1105 a aprovação *ad referendum*. Considera que o Sr. Diretor está coberto de razão e não
1106 deveriam chegar com esse assunto para inclusão de pauta, faz aqui seu *mea culpa* como
1107 Presidente da Comissão e reconhece que o assunto deveria ter sido levado ao gabinete do Sr.
1108 Diretor, previamente, caso tivessem que trazê-lo aqui, para uma aprovação *ad referendum*
1109 ou pelo menos para conhecimento. Deseja que conste em Ata seu pedido pessoal de
1110 desculpas como docente, como Presidente da Comissão de Pós-Graduação, mas pede pelo
1111 Edital. Comenta que se a nota 6,00 (seis) se mostrar um equívoco vão alterá-la para o
1112 próximo ano, e continuará lutando pela bandeira de uma participação maior do orientador.
1113 Considera que o orientador teria que ter mais peso estando na banca do que tem em um veto
1114 *a posteriori*, e da maneira com foi feito este ano, em regra, que o orientador estivesse na
1115 banca era melhor do que ele ter um poder de veto *a posteriori*, de repente, com uma
1116 assimetria de informação, pois, se não está na banca não tem devidamente como avaliar. Diz
1117 que, ainda assim, em respeito ao espírito democrático da maioria da Comissão de Pós-
1118 Graduação, que optou por essa regra, pede pela nota 6,00 (seis) e que seja mantido
1119 integralmente o Edital. O **Sr. Diretor ressalta** com relação a nota, que estão testando, e
1120 todos querem que seja um sucesso. Lembra que fizeram essa experiência o ano passado, e



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO

1121 terão outra este ano. Para o ano que vem, como já colocado pelas reflexões, poderão mudar.
1122 Considera que podem encaminhar dessa forma, já que houve todo esse esforço da Comissão
1123 de Pós-Graduação em discutir isso, inclusive durante as férias, que o Edital possa subir para
1124 instâncias superiores. **A Congregação aprova, por unanimidade, a proposta de**
1125 **alteração nos critérios de seleção do Regulamento do Programa de Pós-**
1126 **Graduação em Direito da FDRP, conforme proposto às fls. 3 a 5 dos autos. Em**
1127 **seguida, os autos serão encaminhados à Comissão de Pós-Graduação, para**
1128 **prosseguimento.** Nenhum dos demais membros desejando fazer o uso da palavra, o Sr.
1129 **Diretor agradece** a presença de todos e dá por encerrada a reunião às 17h40. Do que,
1130 para constar, eu,  Maria José de Carvalho Oliveira, Assistente Acadêmica,
1131 lavrei e digitei esta Ata, que será examinada pelos senhores Conselheiros presentes à sessão
1132 em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. Ribeirão Preto, 6 de março de 2015.